

Nº 209 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social PEDAGOGIA ESPORTE SOCIAL, com sede em Indaiatuba - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 03.823.337/0001-97. Processo SEI/MJ nº 08000.009046/2018-33.

Nº 210 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ABRIGO SANTA HELENA DE JUIZ DE FORA, com sede em Juiz de Fora - MG, inscrita no CNPJ sob o nº 21.609.045/0001-38, em razão do descumprimento dos arts. 4º, 5º e 18 da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08015.000065/2018-35.

Nº 219 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO PRINCEPE DA PAZ, com sede em Anápolis - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 36.975.258/0001-50, em razão do descumprimento dos arts. 1º, III e IV e 6º do Decreto nº 3.100/99. Processo SEI/MJ nº 08000.009245/2018-41.

Nº 220 - Tornar público o INDEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social VALOR A VIDA CENTRO DE REABILITAÇÃO, com sede em Anápolis - GO, inscrita no CNPJ sob o nº 16.712.925/0001-03, em razão do descumprimento dos arts. 3º, 4º, 5º e 18 da Lei nº 9.790/99. Processo SEI/MJ nº 08000.009243/2018-52.

Nº 222 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO DE AUXÍLIO A CRIANÇA E ADOLESCENTE PORTADOR DE HIV, com sede em São Paulo - SP, inscrita no CNPJ sob o nº 60.531.316/0001-31. Processo SEI/MJ nº 08000.009329/2018-85.

Nº 230 - Tornar público o DEFERIMENTO do pedido de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, da entidade social ASSOCIAÇÃO DE CANCER DE BOCA E GARGANTA - ACBG, com sede em Florianópolis - SC, inscrita no CNPJ sob o nº 21.809.268/0001-49. Processo SEI/MJ nº 08000.009703/2018-42.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo do art. 14, inciso X, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017; e CONSIDERANDO o Parágrafo Único do art. 15 do Decreto nº 1.799, de 30 de janeiro de 1996; e o art. 2º da Portaria SNJ/MJ nº 12, de 8 de junho de 2009; resolve:

Nº 232 - Tornar público o DEFERIMENTO ao requerimento de registro para exercer a atividade de microfilmagem de documentos, à empresa INFORTECH INFORMÁTICA EIRELLI EPP, com sede em Campo Grande / MS, inscrita no CNPJ sob o nº 07.695.627/0001-53.

De acordo com o art. 2º da Portaria SNJ/MJ nº 12, de 8 de junho de 2009, este registro é provisório, torna-se definitivo após um ano, caso não haja comprovação de irregularidade. Protocolo SEI/MJ nº 08000.008513/2018-16.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 42, de 21 de março de 2018, Processo MJ nº 08000.009087/2018-20, publicado no Diário Oficial da União nº 56, de 22 de março de 2018, Seção I, página 57, na linha em que se lê:

"Trailer: SICÁRIO 2 - SOLDADO (Estados Unidos da América - 2018)"

leia-se

"Trailer: SICÁRIO: DIA DO SOLDADO (SICARIO: DAY OF THE SOLDADO, Estados Unidos da América - 2018)".

COORDENAÇÃO-GERAL DE ASSUNTOS
JUDICIÁRIOS
COORDENAÇÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA
DIVISÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

DESPACHO Nº 234, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O CHEFE DA DIVISÃO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA, no uso das atribuições conferidas pelo Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017; e

Considerando o disposto na Lei nº 9.790, de 23 de março de 1999; no Decreto nº 3.100, de 30 de junho de 1999; na Portaria MJ nº 362, de 1º de março de 2016; e na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999; resolve:

Notificar a entidade social INSTITUTO DE CAPACITAÇÃO E INTERVENÇÃO PSICOSSOCIAL PELOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE EM SITUAÇÃO DE RISCO - BERÇO DA CIDADANIA, com sede em Cidade -

UF, inscrita no CNPJ sob o nº 08.923.241/0001-14, para ciência de Processo Administrativo e necessidade de atualização cadastral, sob pena de cancelamento da sua qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP.

Fica concedido o prazo de dez (10) dias para a manifestação e a apresentação de documentos. Processo SEI/MJ nº 08000.002902/2018-20.

EWANDJÓECY FRANCISCO DE ARAÚJO

Ministério da Saúde

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 246, DE 22 DE MARÇO DE 2018

Defere remanejamento de recursos entre Contas Captação de projetos apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON).

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE, no uso das atribuições legais, e Considerando a Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, que instituiu o Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON);

Considerando o Decreto nº 7.988, de 17 de abril de 2013, que regulamentou os arts. 1º a 13 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012; e

Considerando o Anexo LXXXVI à Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre as regras e critérios para o credenciamento de instituições e para apresentação, recebimento, análise, aprovação, execução, acompanhamento, prestação de contas e avaliação de resultados de projetos no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) e do Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD), resolve:

Art. 1º Deferir o remanejamento de recursos entre Contas Captação dos projetos abaixo relacionados, apresentados no âmbito do Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON):

INTERESSADO: Fundação Ary Frauzino para Pesquisa e Controle do Câncer.

CNPJ: 40.226.946/0001-95

PROJETO CELENTE: "Programa Nacional de Educação em Radioterapia" - NUP 25000.000824/2017-67

PROJETO A SER BENEFICIADO: "Prevenção do Câncer nas práticas de saúde pública e de Atenção Básica à saúde - Capacitação Nacional para Profissionais de Saúde" - NUP 25000.000829/2017-90

VALOR A SER REMANEJADO: R\$ 462.799,51 (quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e nove reais e cinquenta e um centavos)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTONIO CARLOS FIGUEIREDO NARDI

RETIFICAÇÃO

No inciso XVIII, do art. 1º, da Portaria nº 1.185/SE/MS, de 9 de novembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União nº 230, de 1º de dezembro de 2017, Seção 1, página 115, onde se lê: "Serviços de Integração Sensorial", leia-se: "Serviços de Equoterapia"; e onde se lê "SIPAR: 25000.199611/2016-01", leia-se "NUP 25000.201187/2016-63".

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

PORTARIA Nº 384, DE 21 DE MARÇO DE 2018

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os arts. 47 IX, aliado ao 54, III, §3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 12 e 14, § 1º da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, e ainda o que consta do art. 8º, § 1º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, resolve:

Art. 1º Delegar, pelo período de 2 (dois) anos, vedada a subdelegação, competência ao Corregedor da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, para:

I - aplicar as penalidades disciplinares de advertência e suspensão por até 30 (trinta) dias, decorrentes de sindicâncias e processos administrativos disciplinares instaurados no âmbito da Anvisa, conforme o disposto no na Lei 8.112, de 11 de dezembro de 1990;

II - instaurar e julgar processos administrativos para apuração da responsabilidade de pessoa jurídica, pela prática de atos contra a administração pública, no âmbito da Anvisa.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

DIRETORIA COLEGIADA

ARESTO Nº 1.084, DE 22 DE MARÇO DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, em Reunião Ordinária Pública - ROP nº 06, realizada em 13 de março de 2018, com fundamento no art. 15, VI, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, VII, § 1º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, e em conformidade com a Resolução Diretoria Colegiada - RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, decidiu sobre os recursos a seguir especificados, conforme relação anexa.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.
Diretor-Presidente

ANEXO

Recorrente: Laboratório Tiaraju Alimentos e Cosméticos Ltda
CNPJ: 08.352.440/0001-10

Processo: 25351.496273/2015-02

Expediente: 0137757/17-4

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 026/2017 - Coreia/GGALI. Recorrente: Nutrigold do Brasil Suplementos Alimentícios Ltda EPP.

CNPJ: 06.609.348/0001-66

Processo: 25351.025793/2017-41

Expediente: 0042408/18-1

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 002/2018 - Coreia.

PORTARIA Nº 387, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O Diretor-Presidente da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 47, IX aliado ao art. 54, III, § 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve:

Art. 1º Tornar insubsistente a Retificação, publicada no DOU nº 54, de 20 de março de 2018, Seção 1, pag. 30.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JR.

RETIFICAÇÃO

No anexo da Consulta Pública nº 483 de 16 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 53 de 19 de março de 2018, seção 1, página 55.

ONDE SE LÊ:

Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992

Agenda Regulatória 2017-2018: Subtema nº 65.1

LEIA-SE:

Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992 (Proposta sobre informações toxicológicas para rótulos e bulas de agrotóxicos, afins e preservativos de madeira)

Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 3.3

Na Consulta Pública nº 484 de 16 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 53 de 19 de março de 2018, seção 1, página 55.

ONDE SE LÊ:

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37486.

LEIA-SE:

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37485.

No anexo da Consulta Pública nº 484 de 16 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 53 de 19 de março de 2018, seção 1, página 55.

ONDE SE LÊ:

Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992

Agenda Regulatória 2017-2020: Subtema nº 65.1.

LEIA-SE:

Assunto: Proposta de revisão da Portaria n. 03 de 16 de janeiro de 1992 (Proposta de Resolução sobre critérios para avaliação e classificação toxicológica de agrotóxicos, componentes, afins e preservativos de madeira.

Agenda Regulatória 2017-2020: Tema 3.1

No anexo da Consulta Pública nº 485 de 16 de março de 2018, publicado no Diário Oficial da União nº 53 de 19 de março de 2018, seção 1, página 56.